

Trabalho



OPINIÃO

Miguel Torres
Presidente
da Força Sindical



Novo alento pela Pauta Trabalhista

A eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à Presidência da Câmara, no dia 1º, traz um novo alento para que trabalhadores e movimento sindical possam, enfim, ver a Pauta Trabalhista analisada, discutida e votada na Casa.

O novo presidente, que sempre nos recebeu bem em seu gabinete, recepcionado no último dia 26 na sede da Força Sindical, garantiu que, eleito, manteria o diálogo e o tratamento que sempre nos dispensou.

A Pauta Trabalhista traz, em seu conteúdo, entre outras bandeiras, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, a correção da tabela do IR, a manutenção da política de reajuste do salário mínimo e o fim do Fator Previdenciário, este parado na Câmara até hoje após ter sido aprovado, em 2008, pelo Senado.

Esperamos que, "sob a batuta" de Cunha, a Câmara ganhe em agilidade e possa, já ao fim do recesso, priorizar a votação desta e das outras pendências trabalhistas em trâmite na Casa. As manifestações das Centrais para que nossas prioridades sejam atendidas vão continuar, até que o reconhecimento da legitimidade da nossa luta seja atestada.

Ao recém-eleito presidente da Câmara o respeito e as congratulações de dirigentes sindicais e trabalhadores. Queremos, lado a lado, ajudar na construção de um País mais justo e igualitário, com emprego para todos e geração de renda.

GARANTIR OS DIREITOS



Miguel: "As Centrais Sindicais não vão aceitar, de forma alguma, a retirada de direitos dos trabalhadores"

Foto: Tiago Santana

Força Sindical pede ao STF garantia de benefícios

Central entra com Adin questionando constitucionalidade das MPs 664 e 665

A Força Sindical quer garantir o pagamento do abono salarial, do seguro-desemprego, da pensão por morte e do auxílio-doença, benefícios trabalhistas e previdenciários previstos na Constituição e que tiveram as regras de pagamento alteradas pelo governo quando da edição das Medidas Provisórias n.ºs 664 e 665.

Para tanto a Central, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), ingressou com

ações no Supremo Tribunal Federal, no último dia 30, contra as restrições à concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários.

Na Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), a Força Sindical pretende debater a constitucionalidade das referidas medidas, que limitam as regras para o pagamento do abono salarial, do seguro-desemprego, da pensão por morte e do auxílio-doença.

Estas ações indicam que as Centrais não têm intenção de ceder na reunião de hoje (dia 3), em São Paulo, com um grupo de ministros, para discutir o tema. "Manteremos a mesma posição. As Centrais não querem aceitar paliativos. Queremos que o governo retire as medidas ou vamos discuti-las no Congresso", afirma Miguel Torres, presidente da Força.

Um dos pontos abordados nas Adins é a ausência de urgência que respalde a edição das medidas provisórias. Existe a urgência do governo em cortar gastos, mas que não seja alterando o seguro-desemprego, o abono salarial ou as pensões pecuniárias. O correto seria discutir essas mudanças por meio de um projeto de lei com tramitação na Câmara e Senado.

As ações também questionam a constitucionalidade da alteração do Artigo 201 da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, que trata de benefícios previdenciários. Isto porque o Artigo 246 da Constituição proíbe a adoção de medidas provisórias para regulamentar Artigo que tenha sido alterado entre 1995 e 2001, justamente o caso da Emenda Constitucional em questão.

REUNIÃO COM MINISTROS

Centrais e governo debatem as medidas provisórias hoje

A Força Sindical e as demais Centrais vão se reunir hoje, às 15 horas, com os ministros Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência), Carlos Gabas (Previdência Social), Nelson Barbosa (Planejamento) e Manoel Dias (Trabalho e Emprego) para debater as alterações no seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença.

O presidente da Força, Miguel Torres, disse que a Central não aceita retirar

Manifestantes no Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos e do Emprego



Foto: Jaélcio Santana

'um milímetro de direito'. "Não engolimos que não há perdas de direitos. Queremos que o governo revogue as MPs para que conversemos. Dialogar sobre medidas já impostas é 'bode na sala'. É preciso negociar antes de impor normas", desabafa.

Para João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força, "não basta diminuir o seguro-desemprego ou cortar o abono, pois essas medidas prejudicam aqueles com empregos de curta duração e jovens em empregos de muita rotatividade", afirma.



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

fsindical.org.br

imprensa@fsindical.org.br

twitter.com/centralsindical

facebook.com/CentralSindical

flickr.com/photos/forca_sindical

youtube.com/user/centralsindical